

**O ESPAÇO URBANO BRASILEIRO:
DISCURSO E SENTIDO NA PRODUÇÃO DE
EXCLUSÃO SOCIAL PELA MÍDIA**

**THE BRAZILIAN URBAN SPACE AND
THE MASS MEDIA:
URBAN SPACE AND SOCIAL EXCLUSION**

**EL ESPACIO URBANO BRASILEÑO:
EL DISCURSO Y EL SENTIDO EN LA
PRODUCCIÓN DE LA EXCLUSIÓN SOCIAL EN
LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN**

Anderson de Carvalho Pereira ²⁶

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Brasil)

26 email: apereira.uesb@gmail.com.

Resumo

A partir de autores como Sennett e Haroche, e dos conceitos de discurso e sentido da Análise de Discurso francesa (AD), buscamos mostrar de que modo discursos veiculados pela mídia brasileira sustentam evidências de sentido sobre o espaço urbano das grandes cidades que naturalizam sua produção de exclusão social. Para isto, foram analisados textos veiculados na imprensa online, conforme o paradigma indiciário de análise e os pressupostos da AD. Por meio da análise dos sentidos em jogo, promovemos um debate acerca da relação entre espaço urbano e exclusão social.

Palavras-chave: cidade, discurso, exclusão social

Abstract

Based on Sennett and Haroche theoretical approach and affiliated to the French (pecheutian) tradition of Discourse Analysis (DA), we aims at understanding in this paper how the Brazilian mass media sustain a natural evidence about social exclusion in urban space. For this, we analyzed online newspaper, according the clues paradigm and the DA. Behind the evidences of meaning showed by large circulation news, we discuss the relationship between urban space and social exclusion.

Keywords: city; discourse; social exclusion.

Resumen

A partir de autores como Senett e Haroche, y los conceptos de sujeto y sentido en el análisis del discurso francesa, buscamos mostrar como los discursos transmitidos en los medios de comunicación reivindican el sentido de exclusión social. Aseguramos que estos medios de comunicación apoyan la evidencia de sentido de las zonas urbanas de las grandes ciudades como locales de exclusión social. Para eso, se analizaron los textos transmitidos en la prensa y los informes pelos cuales se cruzarán los significantes “barro” e “sem teto”.

Palabras-clave: ciudad; discurso; exclusión sociale.

INTRODUÇÃO

O espaço público é atravessado por um mosaico de tradição violenta e ainda enigmática no Brasil, em que a cidade é um campo polissêmico de ruídos e silêncios; é espaço interativo e ocultamento de sentidos do corpo metafórico do espaço público.

Uma das bases que mais mobiliza sentidos acerca desses processos de identificação e que está sujeito a uma interpretação polissêmica é a mídia contemporânea. No entanto, há uma naturalização acerca de alguns localizadores do sujeito, por meio de dizeres sobre onde mora, o que ocorre na rua, na avenida, no bairro, na calçada, no condomínio. Foi observando esta profusão de significações sobre o espaço urbano que uma reportagem veiculada no portal uol de notícias (ver adiante, no item “Análise”) nos chamou a atenção pelo modo de atribuir sentido a “barraco” como “material que estava obstruindo a via”. Coube perguntar: qual o sentido de espaço público em torno desta produção midiática? Nosso objetivo foi investigar, portanto, de que maneira esta atribuição de sentidos pela grande mídia sustenta processos de exclusão social.

É disto que trataremos a seguir a partir de nossa análise discursiva sobre os sentidos de “barraco” e “sem teto” na mídia virtual e seu valor na construção em aberto de uma identidade específica do homem urbano. Com o intuito de debater esta “personificação” apresentamos as contribuições de Senett (1991, 2002 a, 2002b) e Haroche (2005); em seguida, outros aspectos teóricos que guiaram a análise sobre o efeito de sentido em questão.

ASPECTOS TEÓRICOS

A construção do espaço público em questão: as contribuições de Senett e Haroche

A materialidade do barraco pode ser entendida como um modo de pertencimento ou de marca simbólica de um grupo e de seu lugar legítimo de construção de interioridade. Está na canção de Jorge Aragão “Ontem demorei pra dormir, tava assim, sei lá. Meio apaixonado por dentro. Se eu tivesse o dom de fugir pra qualquer lugar. (...) Aí foi que o barraco desabou. Nessa que meu barco se perdeu. Nele está gravado só você e eu”. Os dissabores passionais do homem comum podem deixá-lo em “qualquer lugar” como um barco à deriva e também é moradia legítima.

Na concepção de Senett (1991, 2002 a, 2002b) podemos resgatar o valor histórico do esvaziamento do espaço público; antes disso, porém, é válido lembrar que, antes desse esvaziamento, o espaço público foi palco da construção de uma noção de “Personalidade” baseada na conduta da deferência ao outro.

É o que Haroche (2005) também mostra ao analisar as reformulações dos modos de deferência no espaço público. Essas redefinições afetam sobremaneira uma espécie de ontologia burguesa, o que vai da dispersão à harmonia dos modos de se vestir e ser reconhecido como pertencente a um grupo e passa pela aparição no espaço público da liberdade individual pelo distanciamento do outro. A distância “ótima” marca quem cumprimentar, de que modo, com qual vestimenta apropriada para qual ocasião; marca de uma ilusória liberdade individual, aguça um isolamento e explica em parte o esvaziamento deste lugar.

27No original, em espanhol: “es el triunfo de la burguesía; la ausencia de vida en la calle significa que las masas están encerradas, asfixiadas en sus minúsculas viviendas, unas cuantas manzanas mas al oeste, cerca de los muelles (SENETT, 1991, p.50)”.

Para tratar do esvaziamento do espaço público que, em parte passa pela crise dos rituais de deferência, é preciso entender de que modo se consolidou a idealização do espaço privado, principalmente por meio da crença neste como refúgio. Senett (1991) aborda o tema do refúgio na Europa e resgata a intensificação do controle do olhar no espaço público até o momento em que no espaço privado os cômodos ficam na estreiteza do corredor, para vigiar a frieza e o medo que vinham das ruas perigosas da urbanização industrializada do século XIX. É o predomínio do refúgio burguês que intensificou isolamento e desigualdade.

A construção da noção de interior se aprofunda com a divisão do trabalho e a construção da infância, porque as crianças passam a viver mais, a não morrer de imediato (Senett, 1991). Nas palavras do autor: “é o triunfo da burguesia; a ausência de vida na rua significa as massas estão fechadas, asfixiadas em sua minúsculas moradias, algumas mansões a oeste, perto das docas (Senett, 1991, p.50, tradução livre do autor)” ²⁷.

Neste contexto, a mudança da palavra “público” que na Inglaterra do século XV e na França do século XVI é de algo de bem comum para se abrir a uma polissemia, a uma ampliação do sentido no século XVIII. O sentido passa a englobar então uma diversidade de populações que conviviam nas cidades. Então, público começa a significar o que se localiza fora do âmbito familiar, do habitual.

Desenvolvem-se sistemas de convivência fora do controle direto. Incluem-se cafés, clubes de sociabilidade, jardins, parques, que se justapõem com novos modos de convivência. Em seguida, na grande

cidade industrial do século XIX, tenta-se firmar o que é ou não público pela tensão com o privado. (Senett, 2002b).

Senett (2002a) também aponta que a construção do interior da casa como lugar de refúgio e a construção do isolamento por conta da definição da moral burguesa incide sobre o homem no espaço público, de modo que o meio parece carecer de sentido. É o esvaziamento do domínio público, tão visível nas grandes cidades do mundo de hoje.

Para Senett (2002a) a vivificação das mercadorias no espaço público produz, portanto, uma dicotomia entre o que está presente e o que é nada. É o que se nota na intensificação do isolamento, pois o valor das mercadorias (cada vez mais vivas e mais presentes) marcou o âmbito privado como refúgio ideal, como proteção às ameaças das classes sociais entre si; é esta leitura do espaço que consolida uma ontologia burguesa que, como apontam Courtine & Haroche (1988) se beneficiou do isolamento pelo exercício de distanciamento e de anonimato.

No caso brasileiro, o espaço urbano é marcado também pela construção sociopolítica do sentido de “morro” e “favela”, como lugares invariavelmente destinados aos “barracos”, mas que, por sua vez também se dispersam na paisagem urbana das grandes cidades. Resultante da expulsão de ex-combatentes de Canudos (Valladares, 2000), a favela já aparecia nos dizeres cotidianos dos jornalistas por ser a designação, conforme Wissenbach (1999), para o morro donde as tropas dos combatentes do governo invadiriam Canudos.

Em período recente, vemos que o modo do discurso da grande mídia brasileira produzir sentidos já marca um lugar para o espaço urbano e o sentido de público e privado, o que ratifica nossa hipótese de que

a o discurso da imprensa naturaliza sentidos em torno da questão. É pelo caminho deste lugar já marcado como uma pista inicial de nossa análise que seguimos adiante.

Em suma, estamos tratando da construção de uma interioridade que se mescla aos apelos do psicologismo contemporâneo (HAROCHE, 2005) que ganha eco e sustentação nos modos de se cristalizar uma crença no universo familiar como refúgio em que o jogo das aparências faz triunfar a burguesia liberal (Senett, 1991, 2002 a, b) e que no caso brasileiro é marcada por uma segmentação radical (Valladares, 2000; Wissenbach, 1999).

No entanto, esta construção não é tão sólida nem tão bem engrenada quanto parece. Ela deixa escapar em seu “desenho lógico”, para lembrar a expressão da canção de Chico Buarque, o cotidiano complexo e disperso da vida do trabalhador da grande cidade, o anonimato da metrópole, tocando a invisibilidade e o descaso, de modo que a participação de “todos” na ordem do não todo ratifica a exclusão fabricada pela competitividade individualista.

Um caminho discursivo: as noções de sentido, discurso e ideologia em AD

Como vemos as noções de espaço público e privado e de interioridade se construíram a partir de um dispositivo discursivo, uma vez que o sentido em si destes significantes não existem. Um caminho para tratar destas questões é notando de que maneira uma profusão de dizeres comuns aparece na grande mídia acerca da construção desses espaços. Para isto, mobilizamos a Análise de Discurso (doravante, AD); na contramão da pesquisa tradicional, o modo de construção do corpus

e a análise dos efeitos de sentido (interpretação) em AD se misturam com o próprio ato analítico por meio do qual o analista (pesquisador) mobiliza conceitos caros à teoria à medida que alarga e retorna a um conjunto de pistas, traços, sinais, indícios que ratificam o pressuposto da relação indireta do sujeito com o simbólico; ocorre que este caminho indireto está marcado pelo inconsciente e pela ideologia.

Ao tomar contato com a materialidade discursiva da mídia, um indício nos chamou a atenção. O estranhamento do sentido naturalizado de “barraco” como “material que estava obstruindo a via”, tal como aparece em reportagem exibida pelo portal uol, em 23/10/2015²⁸. Voltaremos a esta parte do corpus.

Entre a opção pela busca de outros sentidos sobre “barraco” em reportagens afins e a busca por significantes caros à construção das noções de público e privado no Brasil, optamos pela segunda via para construção de um corpus de análise cuja preocupação não se limitou à busca pela dispersão dos sentidos em torno de “barraco”.

O referencial da AD foi eleito como pilar porque extrapola uma busca tácita ou latente de um campo semântico inerente a um significante e lança a análise ao patamar do jogo de sentidos mais amplo, de dizer X para não dizer Y, de modo a ocultar sentidos e concomitantemente mobilizar sentidos “já lá” e efeitos de interpretação que questionam a naturalização de um lugar para o sujeito do discurso.

Em AD, pressupomos que todo dizer remexe tramas de sentido de lugares do “já dito” que lançam qualquer cadeia significativa ao que lhe é mais caro: a busca desencontrada de articular-se consigo mes-

²⁸ <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1697947-prefeitura-de-sp-remove-barraco-de-casal-que-vivia-na-avenida-brasil.shtml?mobile>. Acesso em: 23/4/2017.

ma pela opacidade de grande parte de sua base sóciohistórica. Em um caminho que remexe a releitura saussuriana sobre o valor do signo, a discussão de natureza filosófica sobre o sentido e a noção de sujeito freudo-lacanian, Pêcheux (1993) argumenta que o jogo de dizer X para não dizer Y está atrelado a uma força de evidência que articula os mecanismos imaginários e de base concreta da ideologia à complexa relação entre sujeito e linguagem.

O sujeito, portanto, emerge entre significantes como está posto pela Psicanálise lacanian. Esta assunção vem atravessada por um jogo de releituras, expectativas de interpretação, efeitos de naturalização do sentido por meio das quais há processos de identificação atravessados por modos de dizer e efeitos de interpretação em que o sujeito emerge não somente pela percepção de seu assujeitamento ao “já dito”, mas como um fabuloso estrategista entre os significantes. É o que prova que a natureza da língua e da linguagem faz parte de um jogo político em aberto e cujas regras não lhe cabe ajuizar (Pêcheux, 1993, 1997).

O registro ordinário do sentido em uma estética interpretativa do cotidiano, afirma Pêcheux (1997), retoma uma questão problemática para qualquer ciência: sua natureza interpretativa, em que atravessam processos contraditórios de identificação, de modo que “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sociohistóricas de identificação (Pêcheux, 1997, p. 56)”.

Ocorre que o discurso resulta dessas agitações e pode ao mesmo tempo ter parte oculta do que aliena o sujeito no jogo de sentidos

recuperado por esta rede sociohistórica e pelo modo do jogo de interpretação deslocar o que está naturalizado, já posto, sedimentado; seja como efeito de literalidade (obviedade) seja como efeito da ilusão de que sempre se sabe do que se fala como se não houvesse “coisas a saber” (Pêcheux, 1997).

Um dos operadores deste deslocamento, que pode apontar a natureza política do jogo de sentidos dos discursos na sedimentação do cotidiano é o lugar do analista. Deste modo, o analista pode trilhar o jogo dos discursos, destes efeitos de sentido entre tomadas de posição e lugares na interpretação (cf. Pêcheux, 1993) para analisar os mecanismos de naturalização da ideologia. É por este caminho que seguimos nossa análise.

METODOLOGIA

FORMAÇÃO DO CORPUS E DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

É possível notar que este percurso metodológico segue pistas de caça (Certeau, 2001) por um analista indiciário (Ginzburg, 1989) que constrói seu “objeto” de forma multifacetada e disforme; porém com a audácia do enfrentamento do desconhecimento da causa que o determina para remontar aos efeitos de sentido desses significantes.

Deste modo, a análise foi organizada a partir de recortes (entendidos como unidades de sentido, cf. Orlandi, 1987) em torno de significantes ligados à habitação, público e privado, domicílio e, sobretudo, configuração do espaço público que naturalizam um lugar do sentido para quem habita a rua.

É comumente estabelecido no imaginário social, as prerrogativas de “ter um lar”, “ter um teto” e “ter um abrigo”. Incluem-se no movimento social dos “sem-teto”, as casas abrigo atravessadas pelo crivo da lei como zonas de sentido em que a identificação imaginária de um lugar de “abrigo” paira em uma zona de tensão localizada na rede sociohistórica do valor da intimidade e de um determinado modo de aparição social.

Análise

O homem ordinário de que trata Certeau (2001) é também o homem comum que constrói e é construído pelas intempéries e pelos acontecimentos banais do cotidiano o que o obriga a se simbolizar de outro modo em outro lugar. É esta poesia do cotidiano que instala um lugar para o ordinário na canção de Chico Buarque: “Ergueu num patamar quatro paredes sólidas (...) ergueu num patamar quatro paredes mágicas (...) tijolo com tijolo num desenho lógico.

No momento inicial da formação deste corpus de análise, o efeito de sentido em torno do significante “barraco” (voltaremos a este ponto na análise) que oculta outros dizeres possíveis (“abrigo”, “teto”, “acolhimento”) remeteu-nos à discussão sobre as contradições entre público e privado no Brasil e à construção imaginária de uma noção de intimidade. É para este rumo que trilhamos a análise. A partir deste recorte inicial, buscamos outros significantes cujo valor do sentido (pelo lugar) e pelo modo de construção de um sujeito-leitor tentava assegurar a naturalização de um sentido sobre âmbito público e privado e sobre espaço de intimidade de um domicílio.

Ocorre que esta lógica do concreto sólido se desmancha na volatilidade e na transitoriedade do modo pelo qual a mídia se refere aos modos de aparição no espaço público. Por meio de reportagens que criam um sentido de ambiência célere e provisória, capturam o leitor com tom espetacular e policial, a saber:

Recorte 1 - Vivendo há mais de um ano no entorno dos palacetes da luxuosa avenida Brasil, o barraco que era o lar do casal Carlos Bispo Alves, 39, e Mara Silva Ramos, 30, foi destruído. Funcionários da Prefeitura de São Paulo estiveram nesta sexta-feira (23) no local para fazer a retirada do teto deles. (...) Procurada, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social informou que deu diversas vezes a possibilidade do casal ser encaminhado para um abrigo, mas que o acolhimento não foi aceito. “Eles foram acompanhados pela equipe de abordagem durante o tempo em que ficaram no local e alertados sobre a ação que seria executada pela subprefeitura”, diz a nota enviada pela pasta. A prefeitura esclareceu ainda que em nenhum momento os moradores foram retirados do local. “Os agentes retiraram apenas o material que estava obstruindo a via”, conclui a pasta. (Título: Prefeitura de SP remove barraco de família que vivia na avenida Brasil. <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1697947-prefeitura-de-sp-remove-barraco-de-casal-que-vivia-na-avenida-brasil.shtml?mobile>. Acesso em: 23/10/2015).

É por esta leitura que chegamos ao estranhar a leitura da reportagem “Prefeitura de São Paulo remove barraco de casal que morava na Avenida Brasil”. A remoção por um órgão governamental impõe a um

casal um ponto de basta (para lembrar o verbete laciano) em que a dimensão trágica da vida cotidiana se mescla com a letra da canção de Chico Buarque.

O espaço público é interpretado pela reportagem por uma organização sintática que permite perceber a substituição de “barraco”, “que era o lar” e de “retirada do teto deles” para “material que estava obstruindo a via”. A retroação entre “material-teto-lar-barraco” não controla a deriva em torno do uso da “relativa”, marcado pela partícula “que”. Vemos um aparente esvaziamento do sentido de “lar”, pois no lugar de “o que era” e o “que estava” é apresentada a assertiva “em nenhum momento os moradores foram retirados do local”.

O sentido de “morador” aparece por um par de oposição com o lugar do deslizamento metafórico “material-teto-lar-barraco”. Há uma contradição em questão, pois o sentido de morador se opõe ao de lar. Para tornar mais opaco o jogo de sentidos, temos adiante “via” retomando “local”. Ou seja, a “via (pública)” é um “local” onde não se admite um “lar” de um “morador”; desta forma, o sentido naturalizado é o de que o lar deste morador deve ser excluído.

Este encadeamento naturalizado dos sentidos retoma Sennett (1991, 2002 a,b), Haroche (2005), Valladares (2000). Mesmo com a atribuição de sentido de “lar” e “moradia”, o texto desloca o sentido para “material que obstrui a via” para legitimar a ação de descarte da prefeitura; vemos uma sobredeterminação da interpretação do órgão oficial (da prefeitura) ratificada pelo modo do discurso da imprensa atribuir sentidos filiados a uma rede dominante.

Tal como a morte, simbólica e imaginada do personagem da música, na iminência e no ritmo cadenciado de cada evento que pode lhe mudar radicalmente a vida, em uma contingência do “como se”, a remoção do casal acima noticiada retrata uma relação do sujeito com o Outro simbolizado pelo espaço público (pelo sentido dominante do órgão governamental oficial) e que resgata o lugar do homem ordinário que é localizado sem ser notado, reconhecido, no espaço público brasileiro.

De forma implícita, está marcada pela voz no passado que o barraco já foi o lar do casal. Não é mais. Outra marca importante se refere à lógica disjuntiva entre “barraco”, “abrigo” e “acolhimento”. Ao afirmar “possibilidade do casal ser encaminhado para um abrigo, mas que o acolhimento não foi aceito”, o lugar de interpretação dominante é de que o barraco não promove acolhimento, pois não é um abrigo; o abrigo promoveria acolhimento. A fórmula lógica estabelecida se fundamenta em um silogismo, a saber: “todo abrigo oferece acolhimento; o barraco não é um abrigo, portanto, não oferece acolhimento”. A fórmula silogística é uma forma eficaz (cf. Pêcheux, 1993) para a ideologia naturalizar sentidos por meio do efeito de encaixe a um pré-construído.

Esta articulação entre uma categoria mais ampla com uma formulação mais específica se sustenta porque um efeito encaixe é produzido; deste modo um sentido pré-construído se fortalece porque há uma articulação, uma representação imaginária do dizer sob a forma de um fio (linear) que disfarça as nuances da contradição da rede sociohistórica. Como se percebe, uma dessas formas de articulação se dá pela mescla de silogismos e relativas. Por estarem

fundamentadas na materialidade do discurso e no modo pelo qual a ideologia dissemina posições imaginárias, essas articulações disfarçam as disjunções de que necessitam para afirmar o que parece óbvio. Assim, parece óbvio que “ou alguém tem acolhimento e não mora em um barraco” ou “mora em um barraco e não tem acolhimento”.

A exclusão da possibilidade do “barraco” promover acolhimento é uma marca do “já dito” naturalizado sobre moradia, intimidade, espaço privado no Brasil. Este efeito de exclusão da possibilidade de sentido articulado entre acolhimento e barraco nos provocou na busca dos sentidos.

Por isto, o efeito de arremate do texto vem com a substituição de “barraco” por “material que estava obstruindo a via”. Esta forma de reconhecimento social do “barraco”, como “não moradia” do ponto de vista do discurso dominante sinaliza ao analista de discurso uma zona de tensão no espaço dessas contradições entre “barraco”, “teto”, “abrigo”, que se instalam em meio à repetição e organizando uma linearidade em torno do sentido de “acolhimento”.

A partir deste gesto analítico, buscamos materialidades da imprensa escrita em que houvesse a intersecção dos termos “abrigo” e “acolhimento”. Coube perguntar: quais outros efeitos de sentido esses significantes mobilizam? Chegamos ao segundo recorte:

Recorte 2 - Vizinhança reclama de sem-tetos: As precárias condições em que vivem cidadãos em situação de rua é motivo de preocupação e reclamações por parte dos comerciantes e dos moradores que convivem de perto com a situação. Brigas, sujeira, insegurança e consumo de álcool e drogas são apontados por eles como os principais inconvenientes da proximidade com os locais onde os sem-teto se aglomeram. (...) A Prefeitura conta com projetos e serviços para essas comunidades, mas, de acordo com o órgão, nem todos aceitam a assistência oferecida e preferem ficar nas vias. O acúmulo de lixo e a mendicância incomodam quem passa pela Praça da Estação. Próximo a um ponto de ônibus, um grupo aborda várias pessoas, pedindo cigarros e dinheiro. Cobertores, papelões e garrafas dividem o espaço da calçada com quem espera pelos coletivos. As escadarias da Associação de Belas Antônio Parreiras Artes, uma das mais importantes escolas de artes plásticas da cidade, vêm sendo ocupadas pelos sem-teto, que também fazem suas necessidades no local, segundo a artista plástica Irene Barros. (...) É nesse estado de degradação que a associação comemora seus 80 anos”.. (<http://www.tribunademinas.com.br/vizinhanca-reclama-de-sem-tetos/>. acesso em 20-11-2015).

Neste recorte, chama a atenção a dispersão de significantes para designar o lugar e quem está neste lugar. Como designativo de lugar temos “rua”, “vias”, “praça”, “ponto de ônibus”, “calçada”, “escadarias da Associação de Belas Artes Antônio Parreiras, uma das mais importantes escolas de artes plásticas da cidade”.

Chama a atenção que o valor de espaço público destinado às escadarias em questão destoam do restante dos espaços; para marcar este valor em destaque, o verbo utilizado é ocupar. Elas estão “ocupadas pelos sem teto”. Ocorre que há uma dispersão em meio ao uso desse termo; pois “sem-teto” neste texto retoma “comunidades” e “cidadãos em situação de rua” e retroage com o primeiro uso do significante “sem-teto” ao início que antes dos dois pontos tem valor descritivo.

O sujeito da enunciação marca o sinal gráfico o que será designado pela categoria “sem-teto”. Um dos pontos de dispersão está em englobar “quem passa pela praça” e “quem está à espera do coletivo” na categoria “sem-teto”. Outro ponto de dispersão está em naturalizar o sentido de “comunidade” como lugar onde convivem “sem-tetos”. O sentido também circulante de comunidade como bairro e associação de moradores está deslocado. Esta migração de uma zona de sentidos para outra é disfarçada, pois o sentido naturalizado é de que “sem-teto” equivaleria a pertencer a uma comunidade. Fica dispersa também a atribuição de sentidos à transitoriedade do espaço público para designar quem seriam os “sem-teto”.

Outro ponto importante é a perífrase vista em “onde os sem-teto se aglomeram”, pois o sujeito emerge pela atribuição de sentidos marcada pela repetição do sentido de “lixo”; esta repetição abre o campo de interpretação de tal modo que “lixo” tanto pode designar “sem-tetos” como “comunidade”, “cidadãos em situação de rua”, “quem passa pela praça” e “quem está à espera do coletivo”. Esta dispersão em torno do significante “sem-teto” nos levou ao recorte 3. Afinal, qual sentido de “sem-teto” circula na mídia e que remexeria a rede de filiação sociohistórica em análise?

Recorte 3 - Albergues para moradores de rua são insuficientes no Distrito Federal. Brasília - Com uma população de 2.365 moradores de rua, o Distrito Federal (DF) conta apenas com 500 vagas no único albergue da cidade. O déficit, no entanto, não é tão grande se for levado em consideração o fato de que muitos deles se recusam ficar em albergues, devido ao histórico de violência nesses ambientes. (...) “Temos muita dificuldade em convencer os sem-teto a ficarem no albergue da cidade. A resistência é grande. Alguns têm barracos, estrutura de comunidade, e mais da metade trabalham. Há inclusive casos de moradores de rua que recebem salários de R\$ 1 mil, mas não têm condições de pagar o aluguel cobrado em Brasília”, disse Adriana Carvalho à Agência Brasil. “Há também casos de pessoas que vêm a Brasília para resolver problemas e, devido ao alto custo dos hotéis, acabam dormindo na rua”. (<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-02-27/albergues-para-moradores-de-rua-sao-insuficientes-no-distrito-federal>. Acesso em 23/11/2015.)

Fica evidente no recorte acima que “albergue” é lugar de “sem-teto” deslocada do “já dito”, de “barraco” e de “comunidade”. A marca do pronome indefinido “alguns têm barracos, estrutura de comunidade” tanto pode se referir aos lugares de onde vêm os “sem-teto” ou ao sentido atribuído a “albergue”. Há uma dispersão do sentido neste ponto.

Concomitantemente, a naturalização do sentido de lugares marcados pela violência vem com a substituição de “albergue” por “barraco” e “comunidade” que tornaria comuns os “sem-teto”. Entretanto, o sen-

tido de “barraco” e de “comunidade” está deslocado, uma vez que mesmo que estes espaços constituam moradia, estariam marcados pela violência, ratificando o modo pelo qual os sentidos preexistentes dominantes reformulam e reestruturam redes de filiação sociohistóricas.

Sobre o ponto “Temos muita dificuldade em convencer os sem-teto a ficarem no albergue da cidade. A resistência é grande. Alguns têm barracos, estrutura de comunidade, e mais da metade trabalham”, em que o sentido é que alguns “sem-teto” têm onde habitar vemos a disputa em que o alcance do poder de interesses cada vez mais amplos, mais ligados aos oligopólios de empresas, restringindo-se a interesses cada vez mais particulares. Este efeito argumentativo aparece com o verbo “convencer”.

Desse modo, o acirramento por busca de territórios culpabiliza os mais pobres (Santos & Silveira, 2010). É por isto que o mecanismo ideológico da culpa individual se materializa em um perfil, seja no perfil de um tipo de morador ou em um tipo de espaço de moradia.

Este perfil se filia ao sentido de fichamento da “cara” dos “moradores de rua”. Este enquadre é feito pela evidência de que as características do em torno do referente tem sua interpretação totalmente controlada. De modo alusivo ao discurso jurídico, a tentativa de dar conta de uma universalidade e de uma categoria que incluiria a todos de maneira total se ratifica com o uso de “inclusive”. Nada deve sobrar, nada pode faltar no discurso jurídico (Courtine & Haroche, 1988; Haroche, 2005). Em busca de analisar este jogo de sentidos entre “sem-teto” e “comunidade” chegamos ao quarto e último recorte.

4-MP mapeia favelas de Dourados e quer casas para sem-teto. Valéria Araújo. O Ministério Público Estadual está mapeando as favelas de Dourados. Para isto, a Promotoria de Infância está percorrendo comunidades sem teto em Dourados. O objetivo é verificar as condições em que estão vivendo estas crianças. Conforme vêm denunciando O PROGRESSO e o site Dourados agora, neste inverno, muitas famílias carentes estão passando fome e frio. As crianças são as que mais sofrem. Nesta semana a promotora de Justiça, Fabrícia Barbosa de Lima, esteve na Vila Bela, região do Brasil 500. Segundo ela, graças às doações feitas pela população àquela comunidade, não foi necessário recolher as crianças para levar ao abrigo. Mesmo assim, em um dos barracos, duas crianças tiveram que ser levadas para a casa de parentes próximos até que as condições da moradia fossem reestabelecidas.(...) Segundo a promotora, a pobreza não é motivo para acolhimento, porém quando há riscos de saúde pública, negligência por parte dos pais e do poder público, é necessário proteger a criança até que o ambiente familiar volte a se tornar saudável. Ela destaca que o acolhimento não é a perda da guarda da criança é uma medida de proteção até que os pais tenham condições de mantê-las de forma segura. (...) Dia a dia cresce o número de famílias que viram sem teto, formam favelas ou aumentam as que já existem em Dourados.(<http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/mp-mapeia-favelas-de-dourados-quer-casas-para-sem-teto>. Acesso em 23/11/2016).

De maneira deslocada em relação às cadeias significantes já analisadas, aparece a nomeação “comunidades sem teto”; ela distribui sentido para “comunidade”, “abrigo”, “acolhimento” e “sem teto”. Por meio do processo de retomada em análise, vemos também o intercâmbio com a distribuição de sentidos para o termo “família”. Neste recorte, o sentido em questão é de que “família carente” não é “família saudável”. Em suma, conforme o sentido dominante, ou a família é carente, ou é saudável. Ora, o que garantiria o “acolhimento” em uma família seria não ser pobre, pois fica evidente que famílias carentes são famílias pobres e não saudáveis. Deste modo, é a “medida de proteção” de conduzir a um “abrigo” que promoveria “acolhimento”, pois está implícito que as “comunidades sem teto” não ofereceriam este “acolhimento”.

Embora tente deslocar o sentido dominante de “carência” e “pobreza” falta e déficit quando afirma “a pobreza não é motivo para acolhimento” o discurso indireto utilizado evidencia que o sentido de público e privado está submetido à lógica do sentido dominante imposta em “quando há riscos de saúde pública”. Cabe perguntar: como um órgão público define no ambiente privado um risco para a saúde pública?

Tudo bem que “saúde” possa ser tratada como uma questão de interesse público independente de alguma ação estar ligada a uma esfera física (concreta) do espaço público ou privado. Ocorre que por se tratar de uma “comunidade sem teto” em que teria havido “negligência” dever-se-ia encaminhar as crianças para um “acolhimento”. Indiretamente, significa-se comunidade como um lugar que não tem acolhimento, pois o albergue seria este lugar.

A “comunidade sem teto” não teria acolhimento porque teria havido “negligência”. Há uma opacidade semântica em torno do sentido de “acolhimento” e de “negligência” e neste nódulo a dispersão se instala. Embora tente negar que “negligência” e “acolhimento” não teria haver com “pobreza”, o encadeamento sintático resgata o valor simbólico do lugar discursivo da “promotora” para definir este quesito, cabendo ao leitor interpretar conforme o sentido dominante de que teria havido negligência por se tratar de famílias “carentes”, no sentido de “pobreza”. Este encadeamento sintático-semântico legitima (também porque se ancora no lugar de autoridade do corpo jurídico como porta-voz) a evidência entre “carência-pobreza-não acolhimento”. É pela negação que o discurso também se desloca para poder afirmar. A voz do jurídico imperativa tenta calar a voz oprimida da “comunidade sem teto”.

O cenário pintado por estas reportagens resgata o tema do espaço público nas grandes cidades do Brasil que vem sendo marcado por área de densidade e de rarefação, do ponto de vista das relações entre centro e periferia. Existe um tipo de regulação “delegada” em que as ordens estão longe do território. Reside nisto a “fragilidade dos territórios” urbanos. (Santos & Silveira, 2010, p.275)”.

Estas reflexões sobre a realidade brasileira retomam as de Senett (1991, 2002 a,b) sobre a efemeridade do espaço das mercadorias e prova que as cidades se tornaram meios para o consumo final das pessoas que nelas transitam “em uma produção ilimitada de irracionalidade e escassez” (Santos & Silveira, 2010, p. 286).

É assim que o discurso da imprensa ocupa um lugar de atribuição de sentidos ao espaço urbano, ao alimentarem mecanismos de exclusão já estabelecidos na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso que analisamos, este jogo com a escassez da presença reconhecida no espaço público urbano ressignifica sentidos “já lá” de modo a ratificar mecanismos de exclusão estabelecidos. A aparência de um desenho lógico, no entanto, atravessa o desejo de mudança e de reconhecimento de um barco à deriva que se perde e se reencontra.

REFERÊNCIAS

Certeau, M.A (2001). A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. 6ª.ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

Courtine, J.J.; Haroche, C. (1988). O Homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. Tradução L. R. Romano. Em: S.M.T. Lane. Sujeito e Texto. (pp.37-60). São Paulo/SP: EPU.

Ginzburg, C. (1989). Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Haroche, C. (2005). O comportamento de deferência: do cortesão à personalidade democrática. Tradução de J. A. Seixas. História: Questões & Debates, 42(1), 115-139.

Orlandi, E.P. (1987). A linguagem e seu funcionamento. 1ª. Ed. Campinas/SP: Pontes.

Pêcheux, M. (1993). Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP.

Pêcheux, M. (1997). Discurso: Estrutura ou acontecimento? Campinas: Pontes.

Santos, M; Silveira, M.M. (2010). O território brasileiro; do passado ao presente. In: M. Santos; M.L. Silveira. O Brasil: território e sociedade no início do século XVI. (pp.249-325). Rio de Janeiro/RJ: Record..

Senett, R. (1991). La consciencia del ojo. 2ª.ed. Barcelona: Versal travesías.

Senett, R. (2002a) El espacio público muerto. Traducción de Gerardo di Masso. In.: R. Senett. El declive del hombre público: un sugestivo ensayo sobre la crisis actual en la vida urbana y cómo “la sociedad íntima” ha privado el hombre de su espacio público. 3ª.ed. (pp.38-46). Barcelona: ediciones Península.

Senett, R. (2002b). Los cambios en el dominio público. Traducción de Gerardo di Masso. In.: R.Senett. El declive del hombre público: un sugestivo ensayo sobre la crisis actual en la vida urbana y cómo “la sociedad íntima” ha privado el hombre de su espacio público. 3ª.ed. (pp 46-64.). Barcelona: ediciones Península.

Valladares, L. (2000). “A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais”. Rev. bras. Ci. Soc., v. 15(44), 5-34.

Wissenbach, C.C. (1999). Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In.: N. Sevcenko (org.). História da Vida Privada no Brasil – vol. 3: República – da Belle Époque à Era do Rádio. (pp. 49-130). São Paulo/SP: Companhia das Letras editora. 1999.